

**PODER LEGISLATIVO**  
Câmara dos Deputados  
Comissão de Comunicação (CCOM)

**Evento: Audiência Pública – Planos do MCOM e Regulação das Redes Sociais**

Nesta quarta-feira (2), a Comissão de Comunicação realizou audiência pública com a participação do ministro das Comunicações, **Frederico de Siqueira Filho** o **objetivo de discutir os planos, metas e estratégias da pasta para o biênio 2025/2026**, bem como a **participação de representantes estrangeiros nas discussões sobre a regulamentação das redes sociais no Brasil**.

A iniciativa foi fruto dos requerimentos [nº 11/2025](#) e [nº 18/2025](#), de autoria dos deputados **Julio Cesar Ribeiro** (REP/DF) e **Gustavo Gayer** (PL/GO).

O ministro **Frederico de Siqueira Filho**, indicou que trataria de temas como **inclusão digital, expansão da infraestrutura tecnológica, avanços no setor de telecomunicações e radiodifusão, e o andamento das metas de implantação do 4G e 5G**, especialmente com foco na região Norte do Brasil, com destaque para a **iniciativa das infovias do programa Norte Conectado**. Mencionou ainda projetos relevantes como o **Carretas Digitais, Wi-Fi Brasil, Internet Brasil**, entre outras iniciativas conduzidas pelo Ministério.

Para ilustrar as ações em andamento, informou que **até 2026 está previsto um investimento de aproximadamente R\$ 23,6 bilhões**, abrangendo conectividade para escolas, unidades de saúde, centros de assistência social, áreas quilombolas e zonas rurais. Destacou que esse processo ocorre em paralelo à expansão do 4G nas zonas rurais, cuja implantação está sendo articulada com operadoras como TIM, Vivo e Claro, que possuem obrigações regulatórias até 2030 para conectar áreas rurais com mais de mil habitantes, e o Ministério busca antecipar essas metas. Relatou que as obrigações oriundas do leilão do 5G de 2021 estão sendo cumpridas, mas a antecipação dos prazos é uma das pautas prioritárias do MCOM.

Sobre a ampliação do 5G, observou que há avanços importantes em diversos municípios, principalmente nos centros urbanos, onde as operadoras têm atuado para cumprir suas obrigações e elevar a qualidade da conectividade. **Destacou também que estão sendo aplicados R\$ 1,9 bilhão na construção de oito infovias que integram o projeto Norte Conectado**. Entre os destaques, mencionou a Infovia 03, que liga Belém a Macapá e deve entrar em funcionamento no início de agosto, e a Infovia entre Manaus e Boa Vista, prevista para ser concluída até o final do ano. Segundo ele, essas infovias têm o objetivo de superar o atual "apagão tecnológico" que atinge certas regiões da Amazônia, promovendo impacto positivo sobre a prestação de serviços e a vida de milhares de pessoas.

Ao abordar o **programa Norte Conectado**, enfatizou que **estão sendo implantados 12 mil quilômetros de fibra óptica nos leitos dos rios, beneficiando cerca de 10 milhões de pessoas em 59 municípios, com conectividade destinada a escolas, hospitais, prefeituras e outras entidades públicas**. Mencionou que, atualmente, **oito infovias estão em execução**, destacando os trechos entre Manaus e Santarém (1.100 km), Tefé a Tabatinga, Belém a Macapá e Boa Vista a Barcelos.

Além disso, destacou o **programa Nordeste Conectado**, que tem por objetivo **integrar órgãos públicos e educacionais por meio de redes de fibra óptica**. Em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a pasta também **distribuiu**

**108 mil chips de internet para estudantes.** Ressaltou a **ampliação do programa Carretas Digitais**, iniciado no Distrito Federal e expandido para outros estados, **com foco na capacitação de estudantes da rede pública em robótica, manutenção de computadores e outras áreas tecnológicas.** Informou que o programa já está presente no Mato Grosso do Sul, Maranhão, Roraima, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, com **investimentos que chegam a R\$ 15,7 milhões.**

No âmbito da **inclusão digital**, destacou a importância do **programa Comunidades Conectadas**, bem como a iniciativa **Computadores para Inclusão**, que reaproveita equipamentos descartados por instituições públicas, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Esses computadores são recondicionados em centros especializados e redistribuídos à população. Segundo ele, mais de 20 mil computadores foram doados nos últimos dois anos, beneficiando quase 30 mil alunos. Informou que há a intenção de instalar um centro de recondicionamento em cada estado brasileiro, promovendo a reciclagem de resíduos eletrônicos como instrumento de inclusão.

Entre os principais projetos do MCOM, destacou o **Escolas Conectadas**, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação (MEC). Criada em 2023, a **Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC)** visa **conectar 138 mil escolas de ensino básico no Brasil.** O acompanhamento da execução é feito em conjunto com a ANATEL, por meio de seu núcleo de gestão de entregas (GAP). Explicou que cerca de 15 mil escolas estão sendo conectadas com recursos do leilão do 5G, enquanto outro grupo será atendido por meio de recursos do FUST, por meio de edital voltado a operadoras regionais e tradicionais, com foco na inclusão digital.

Mencionou ainda a articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para levar conectividade aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como ações voltadas à conexão de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) que ainda não estão integradas à rede. Afirmou que a conectividade é hoje uma infraestrutura essencial para o desenvolvimento nacional e que todas essas ações foram incorporadas ao novo PAC, com monitoramento e acompanhamento sistemático para garantir as entregas previstas até 2026.

No tema da radiodifusão, informou que o MCOM, em parceria com a EBC, está **ampliando a oferta de canais digitais para que a população tenha acesso a uma programação de maior qualidade.** Anunciou que, entre julho e o início de agosto, o Ministério, **juntamente com a ANATEL e instituições acadêmicas, lançará a TV 3.0, uma evolução tecnológica que trará interatividade à televisão aberta e gratuita.** A nova tecnologia deverá operar simultaneamente à atual TV digital, sem custo adicional ao consumidor, salvo para aqueles que optarem pela migração voluntária.

Citou também a **realização da Blitz da Telefonia Móvel**, em parceria com a ANATEL, para identificação de falhas no serviço e proposição de soluções em conjunto com as operadoras. Essa ação já foi realizada em diversos municípios do país, do Norte ao Sul.

Em relação ao **Wi-Fi Brasil**, explicou que o projeto é **liderado pelo MCOM e executado pela Telebras, tendo como objetivo conectar áreas sem acesso à fibra óptica por meio de soluções satelitais.** Afirmou que a Telebras também atua na implementação da rede privativa do governo federal, voltada às forças de segurança, com criptografia de Estado. Essa rede deve atingir 6.500 pontos em todo o país, com investimento de R\$ 1 bilhão, financiado com recursos oriundos do leilão do 5G.

Encerrando sua fala, destacou que há inúmeras frentes abertas e ações em curso, todas voltadas ao fortalecimento da conectividade como elemento fundamental para o

desenvolvimento nacional. Reforçou o compromisso do MCOM com o apoio à iniciativa privada, às operadoras tradicionais e às novas entrantes, **reconhecendo que o desenvolvimento do Brasil depende diretamente da inclusão digital**. Ressaltou que essa visão já está consolidada no Governo Federal e refletida no PAC, com ações ministeriais sendo monitoradas mensalmente para assegurar que os resultados sejam alcançados até 2026. Declarou que os primeiros balanços já foram entregues e que o acompanhamento contínuo está em andamento.

O deputado **Gustavo Gayer** (PL/GO) reconheceu a importância dos programas apresentados e a competência de Silveira, mas observou que, infelizmente, o ministro assumiu uma pasta em um governo que, segundo ele, *“não compartilha da mesma preocupação com o Brasil”*.

Ressaltou que o requerimento que originou a audiência pública tinha como motivação esclarecer declarações feitas por integrantes do governo federal, como o presidente Lula, a primeira-dama Janja e o secretário Sidônio Cardoso, **sobre possíveis colaborações com representantes do Partido Comunista Chinês em matéria de regulação das redes sociais no Brasil**. Manifestou sua preocupação com as notícias de que **integrantes do governo estariam buscando cooperação com autoridades chinesas para a adoção de práticas similares às implementadas na China, como o sistema conhecido como “Golden Shield”**, um mecanismo estatal de controle de redes sociais, filtragem de palavras e perseguição a dissidentes.

Diante disso, questionou por que a responsabilidade por esse tipo de articulação estaria sob responsabilidade de outras figuras do governo, como Sidônio Cardoso, e não do próprio Ministério das Comunicações, que, a seu ver, deveria ser o órgão competente para tratar da regulação da comunicação digital. Indagou se o ministro estaria sendo deliberadamente excluído dessas tratativas e se haveria um direcionamento ideológico por parte do governo para atribuir essa função a pessoas mais alinhadas com determinadas visões políticas, mesmo que não possuam a formação técnica e institucional adequada.

Abordou também a situação dos Correios, estatal vinculada à pasta, que enfrentaria graves problemas administrativos e operacionais. Citou casos recentes como o patrocínio de eventos com recursos elevados, aumento salarial de diretores, paralisações de terceirizados, déficit bilionário e precarização dos serviços em diversas cidades do país. Apresentou uma lista com informações que, segundo ele, revelam um cenário de má gestão e desperdício de recursos públicos. Questionou se o Ministério tem alguma estratégia para reverter esse quadro e quais medidas estão sendo discutidas internamente para recuperar a estatal.

O parlamentar destacou que há municípios onde os serviços dos Correios praticamente não chegam mais e, por isso, **defendeu o fim do monopólio da estatal**. Segundo ele, a livre iniciativa tende a oferecer melhores serviços, e questionou o ministro sobre seu posicionamento quanto à permanência desse modelo.

Em resposta, o ministro esclareceu que a **Secretaria de Políticas Digitais**, anteriormente vinculada ao Ministério das Comunicações, foi transferida para a estrutura da **Secretaria de Comunicação Social (SECOM) durante o processo de transição governamental**.

Observando a importância do Ministério das Comunicações estar inserido nesse debate, comentou que embora a pasta não esteja no centro da formulação dessas políticas, tem buscado contribuir com o governo, sobretudo considerando que **diversos serviços tradicionalmente ligados às comunicações estão migrando para o meio digital**, como é o caso da telefonia

fixa comutada, que transita para a telefonia em nuvem, e da televisão a cabo, que avança em direção aos serviços de streaming e à TV 3.0.

Diante disso, reforçou a **defesa da participação ativa do MCOM nesses temas**, destacando que **a pasta possui estudos técnicos relevantes e acompanha regulamentações internacionais sobre plataformas digitais**. Ressaltou que **pretende contribuir com o Congresso levando dados técnicos para o debate e reforçou que os setores de telecomunicações e radiodifusão no Brasil são altamente regulados**, e que é necessária uma **definição sobre o futuro dos serviços digitais**. No entanto, pontuou que essa definição deve ocorrer sem censura, pois defende a liberdade de comunicação, com responsabilidade e olhar público.

Sobre a menção à China, afirmou que **não participou de nenhuma dessas iniciativas e que não acompanhou diretamente essas articulações**. Ressaltou que **as realidades entre os dois países são completamente distintas, e que não considera cabível a adoção de um modelo semelhante ao chinês no Brasil**. Destacou que a ideia, neste momento, é **promover uma abertura para que o Ministério possa integrar as discussões junto à Secretaria de Comunicação Institucional, à Casa Civil e aos demais órgãos técnicos do governo**.

Em relação aos Correios, reconheceu as dificuldades enfrentadas pela estatal, especialmente provocadas pela queda de receitas ocorrida no último ano. Apontou que essa redução se deu, em grande parte, em função de mudanças legislativas e da perda de exclusividade em determinados serviços. Observou que os Correios ainda são responsáveis pela universalização do serviço postal no Brasil, sendo os únicos a realizar entregas em áreas remotas. Enfatizou que, nos grandes centros urbanos, o mercado já está aberto à concorrência e que o setor de comércio eletrônico cresceu substancialmente, inclusive com a entrada de empresas internacionais no país.

Destacou a **necessidade de reestruturar os Correios**, afirmando que esse é **um dos pontos de atenção da pasta desde sua chegada**. Disse que vem se reunindo com o presidente da estatal para compreender a operação e propor soluções que possam ampliar a receita, por meio de novos contratos, novos mercados, digitalização de serviços e fortalecimento de iniciativas como o marketplace e o banco postal. Ressaltou que a capilaridade dos Correios, com mais de 8 mil unidades espalhadas pelo país, é um ativo valioso e que precisa ser aproveitado de maneira estratégica.

Mencionou, ainda, a [Lei nº 14.744/2023](#) que confere aos Correios preferência em contratações públicas, e que essa prerrogativa vem sendo utilizada por vários estados brasileiros. Defendeu o aumento dessas contratações como uma das formas de elevar a receita da empresa, ao mesmo tempo em que é necessário intensificar o esforço comercial da companhia. **Concordou com o deputado quanto à necessidade de controle das despesas da estatal** e afirmou que, embora ainda não tenha tido acesso a todos os detalhes operacionais, está buscando informações e diagnósticos que permitam contribuir para a reestruturação da empresa. Concluiu reafirmando que os Correios são estratégicos para o país e que é preciso fortalecer sua atuação para garantir resultados operacionais sustentáveis e compatíveis com seu papel institucional.

O deputado **Gustavo Gayer** reforçou críticas à gestão atual dos Correios, em particular sobre o **aumento salarial do presidente da estatal em um momento de crise financeira**, não abordado por Siqueira. Classificou como inadmissível, diante de um cenário de queda de receita da companhia, que atribuiu, em parte, à taxaçoão de compras internacionais de pequeno valor, que o presidente da empresa tenha elevado seu próprio salário.

Mencionou também o patrocínio de R\$ 38 milhões a eventos ligados ao presidente Lula e à primeira-dama, Janja, e questionou os gastos com viagens e veículos de luxo por membros do alto escalão da empresa. Finalizou cobrando do ministro **ações concretas para que os gestores da estatal voltem a tratar com responsabilidade os recursos públicos e que haja um real compromisso com a reestruturação administrativa e financeira da companhia.**

Em relação aos patrocínios mencionados, **Frederico Siqueira** afirmou que, ao assumir a pasta, especialmente no período em que se intensificaram os pedidos relacionados às festividades juninas, como o São João, a **orientação repassada foi a de suspender qualquer novo patrocínio, considerando o momento financeiro delicado enfrentado pelos Correios.**

Sobre o futuro da estatal, afirmou que existem dois caminhos para a recuperação: **o aumento da receita e a reestruturação operacional.** Para isso, explicou que **está em andamento um esforço comercial para ampliar contratos corporativos em áreas estratégicas, como logística da saúde, medicamentos, alimentos e com as plataformas de comércio eletrônico que estão se consolidando no Brasil.** Destacou que a diretoria comercial da empresa está direcionada para esse objetivo, buscando ampliar oportunidades de novos contratos.

Além disso, reforçou a **necessidade de uma reestruturação operacional completa,** com foco na repactuação de contratos, revisão e otimização de rotas logísticas, e na busca por maior sinergia nos processos internos. O objetivo, segundo ele, é restabelecer a produtividade, garantir a qualidade na entrega e preservar a boa experiência dos usuários. Concluiu ressaltando que os Correios sempre foram motivo de orgulho nacional, destacando o valor da marca, sua capilaridade e o papel estratégico que desempenha no território brasileiro.

O deputado **Gilson Daniel** (PODE/ES) destacou que uma das pautas prioritárias de seu mandato pelo Espírito Santo é a ampliação da cobertura da telefonia móvel, sobretudo para o interior do estado, incluindo distritos e pequenas comunidades.

Observou que, embora o Espírito Santo seja um estado pequeno em extensão territorial, é economicamente pujante, muitas das inovações tecnológicas na área agrícola não têm alcançado esse território em razão da ausência de conectividade, o que impacta diretamente no desenvolvimento local. Lembrou que, em momento anterior, quando esteve reunido com o então ministro Juscelino Filho, sugeriu que o Espírito Santo fosse transformado em projeto piloto do governo federal para expansão da telefonia móvel, com o objetivo de levar cobertura a todo o estado e, futuramente, replicar o modelo para o restante do país.

Reforçou que, nos dias atuais, é **impossível sobreviver sem acesso à internet,** uma vez que a conectividade é essencial para todas as pessoas, **em especial para os jovens, que muitas vezes deixam suas comunidades por não conseguirem estudar, trabalhar ou realizar cursos à distância.** Manifestou sua **satisfação com a possibilidade de antecipação da instalação de 367 antenas do leilão do 5G no Espírito Santo.** Disse que tem dialogado com a operadora TIM, que já está adiantando a instalação dos equipamentos, mas solicitou especial atenção do ministro para que a antecipação dessas antenas se concretize ainda este ano ou, no mais tardar, no próximo. Reforçou que os 367 equipamentos atenderão 41 dos 78 municípios do estado e que o ideal seria contemplar todos os municípios capixabas.

Na sequência, apresentou **sugestão ao ministro quanto à política de radiodifusão.** Relatou que muitas rádios comunitárias atuam há mais de 20 ou 30 anos, desenvolvendo trabalho consolidado em suas regiões, sobrevivendo, muitas vezes, com apoio de pequenos patrocínios e colaborações locais. Diante disso, **propôs que o Ministério estude a possibilidade de criar mecanismos que permitam a migração dessas rádios comunitárias,**

que já demonstraram relevância local, para o **status de rádios comerciais ou educativas, ampliando sua atuação de forma regulamentada.**

Em relação aos programas conduzidos pelo MCOM, **pediu esclarecimentos sobre o atual status do programa Wi-Fi Brasil**, observando que, após a redução das emendas parlamentares destinadas à iniciativa, muitos pontos de conexão deixaram de funcionar por falta de recursos. Questionou como está a manutenção do programa, principalmente em áreas rurais e distritos que ficaram desassistidos. Pediu também **informações sobre os critérios utilizados pelo Ministério para selecionar as escolas participantes do programa.**

Por fim, elogiou o programa Carreta Digital, classificando-o como uma iniciativa importante, especialmente para as comunidades do interior e também de áreas metropolitanas. **Solicitou informações sobre como é feito o processo de escolha dos municípios contemplados com a carreta, e reforçou seu pedido para que o Espírito Santo receba atenção especial do Ministério em todos esses programas.**

O ministro **Frederico Siqueira** argumentou que a **expansão da telefonia móvel em áreas rurais, com foco na tecnologia 4G, é uma prioridade tanto do Ministério quanto do governo federal, reconhecendo sua importância para a população dessas regiões.**

Informou que o trabalho de articulação com as operadoras, iniciado ainda na gestão do ex-ministro **Juscelino Filho**, está sendo continuado, com o **objetivo de promover a antecipação da instalação das antenas previstas no leilão do 5G.** Além das operadoras TIM e Vivo, mencionou a YES Telecom como uma das empresas participantes do processo, sendo a contrapartida dessa última justamente a atuação nesse tipo de entrega. Explicou que, embora ainda não conheça detalhadamente o plano da YES, comprometeu-se a dialogar com a operadora para compreender o estágio das obrigações assumidas. **Acrescentou que a TIM já está em estágio avançado**, considerando as previsões para 2025, e que o Ministério está atualmente fechando o planejamento para 2026.

O ministro também destacou que o MCOM está buscando recursos para apoiar a antecipação dessas entregas, reafirmando o compromisso do governo com a inclusão digital em todo o território nacional.

Em relação às **rádios comunitárias**, reconheceu que **o tema envolve a necessidade de alteração legislativa, uma vez que a radiodifusão é um setor altamente regulado e regido por uma legislação antiga.** Informou que há um projeto de lei tramitando no Senado que busca desburocratizar o setor, o que, segundo ele, contribuirá para modernizar os processos e facilitar a transição das rádios comunitárias. Ressaltou que, atualmente, a migração para rádios comerciais só pode ocorrer por meio de edital público, conforme as regras vigentes.

Sobre o **programa Wi-Fi Brasil**, explicou que ele é de responsabilidade do Ministério das Comunicações, mas **depende da transferência de recursos de outros Ministérios, bem como de emendas parlamentares.** Ressaltou que, **sem a continuidade desses aportes, não é possível manter os pontos ativos.** Por isso, solicitou o apoio dos parlamentares para valorizar e fortalecer a iniciativa. Acrescentou que as escolas que atualmente fazem parte do programa Wi-Fi Brasil serão incorporadas à Estratégia Nacional das Escolas Conectadas, desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação. A escolha das unidades escolares beneficiadas é baseada em cadastro realizado pelo MEC, que leva em consideração as demandas indicadas por prefeitos e governadores.

Quanto à **Carreta Digital**, o ministro esclareceu que o programa ainda é recente e, até o momento, contemplou cinco estados. Destacou que a **iniciativa é altamente relevante para**

a capacitação de mão de obra em áreas como robótica, tecnologia da informação e manutenção de computadores, mas que depende de recursos adicionais para ser **expandida**. Apesar das limitações orçamentárias, informou que cerca de 15 mil jovens já foram capacitados ou estão em processo de formação até o final do ano.

O deputado **Ossesio Silva** (REP/PE) **solicitou a avaliação do Ministério das Comunicações quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que estabeleceu a inconstitucionalidade parcial do art. 19 do [Marco Civil da Internet](#) e seus possíveis impactos no setor de comunicação digital no país.**

Ainda **tratou da realidade do estado de Pernambuco, com destaque para as regiões do Agreste e Sertão, que ainda enfrentam sérias dificuldades de acesso à internet.** Ressaltou que a falta de conectividade compromete diretamente o funcionamento da rede pública de ensino, afetando o processo educacional de milhares de estudantes da zona rural.

Reconhecendo que essa situação se repete em diversas partes do país, solicitou que o ministro **reforçasse as ações da pasta para ampliar a conectividade nessas áreas e garantir inclusão digital para a população que mais precisa, especialmente no campo da educação.**

O ex-ministro das Comunicações, deputado **Juscelino Filho** (UNIÃO/MA), ressaltou que Siqueira tem dado continuidade aos programas estruturantes com comprometimento e entregas concretas. Destacou o diferencial do novo **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**, que, pela primeira vez, incorporou um eixo estratégico voltado à inclusão digital, com volume expressivo de recursos assegurados. Reforçou que a **inclusão digital é, na prática, uma política de inclusão social, que busca reduzir desigualdades, especialmente nas regiões onde a infraestrutura ainda não chegou por não ser economicamente viável para o setor privado.** Nesses territórios, segundo ele, cabe ao Estado coordenar e viabilizar os investimentos públicos, muitas vezes em conjunto com a iniciativa privada, para assegurar que a infraestrutura digital alcance todos os brasileiros.

Mencionou que há localidades, especialmente na Amazônia e em comunidades indígenas, onde beneficiários do Bolsa Família precisam se deslocar por horas ou dias para acessar serviços bancários ou equipamentos públicos. Reforçou **que a conectividade se tornou um requisito básico para o acesso à educação, saúde e programas sociais.** Agradeceu o empenho de toda a equipe do Ministério das Comunicações e reiterou que o esforço coletivo, envolvendo diferentes frentes do governo, tem sido fundamental para enfrentar os desafios de um país com dimensões continentais, onde 90% da população está concentrada em apenas 10% do território.

Destacou os **avanços na implantação da tecnologia 5G no Brasil**, afirmando que **o país já figura entre aqueles com melhor desempenho no uso da nova tecnologia, embora a implantação plena ainda esteja em curso.** Explicou que há um cronograma para a expansão do 5G, com previsão de cobertura total das áreas urbanas apenas entre 2028 e 2029. Parabenizou o Ministério pela execução da Blitz da Telefonia Móvel, que, segundo ele, foi uma ação exitosa ao identificar falhas na cobertura e permitir ajustes técnicos junto às operadoras.

**Ressaltou a importância do programa Norte Conectado**, classificando-o como o **maior projeto de infraestrutura subaquática de cabos ópticos em execução no mundo.** Afirmou que, além de sua amplitude técnica, o projeto possui uma abordagem ambientalmente sustentável, ao evitar o desmatamento que ocorreria caso os cabos fossem instalados por meio da rede elétrica. Enalteceu o impacto do programa na Amazônia e seu potencial de transformar digitalmente a região por meio das infovias planejadas.

O deputado também destacou outros programas sob responsabilidade do Ministério, como o Wi-Fi Brasil, o Comunidades Conectadas, o Internet Brasil, a Carreta Digital e o Computadores para Inclusão. Este último, segundo ele, passou a alcançar novos patamares a partir da articulação com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o que possibilitou a entrega de milhares de computadores recondicionados a escolas públicas e centros educacionais, promovendo o acesso de crianças e jovens ao mundo digital.

Enfatizou ainda a **importância da Estratégia Nacional das Escolas Conectadas**, desenvolvida em parceria com o MEC, e rotulou de conquista histórica o fato de que, após mais de duas décadas sem utilização efetiva, os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) passou a ser aplicado em projetos de infraestrutura no atual governo. Segundo ele, **mais de R\$ 2,5 bilhões do FUST já foram contratados**, o que representa um avanço significativo e resultado de um esforço conjunto entre as gestões.

Ao final, expressou sua confiança na gestão do ministro Frederico e reiterou seu apoio institucional, colocando-se à disposição como parlamentar e membro da comissão para colaborar com a aprovação de matérias que fortaleçam a infraestrutura de comunicações no Brasil. Declarou **sua expectativa de que, até 2026, todas as metas planejadas sejam cumpridas, promovendo inclusão digital e social e contribuindo para a redução das desigualdades históricas do país.**

O deputado **Luciano Alves** (PSD/PR) ao elogiar a atuação do ministro, **ressaltou que os avanços promovidos pelo Ministério na expansão da conectividade em regiões periféricas e instituições diversas têm gerado impactos concretos na vida da população.**

Mencionou o trabalho desenvolvido no município de Foz do Iguaçu-PR, e em outras localidades, onde foram entregues equipamentos a escolas públicas, viabilizando a montagem de laboratórios de informática e robótica, com cursos voltados às crianças. Ressaltou que esse esforço tem transformado realidades e merece ser amplamente valorizado. Citou, como exemplo, matéria jornalística exibida no Distrito Federal, que mostrava computadores que seriam descartados sendo reaproveitados pelo Ministério e entregues a escolas, devolvendo dignidade e oportunidades aos estudantes.

Apelou por atenção da pasta ao Paraná, ao tempo em que reconheceu a gestão anterior do Ministério, destacando que a continuidade de políticas públicas eficazes “merece respeito”.

O **ministro Siqueira** comentou a decisão do STF sobre o artigo 19 do Marco Civil da Internet, enfatizando que esse é um tema em discussão global, que ainda não possui consenso internacional. Explicou que, assim como outros setores da economia, como a radiodifusão e as telecomunicações, que são altamente regulados, **o setor das plataformas digitais também precisa ser incluído nesse debate regulatório, não sob o viés da censura, mas em relação a obrigações e responsabilidades, dada sua atuação em massa na sociedade.**

Acrescentou que o tema está sendo discutido internamente no governo federal, entre os diferentes órgãos envolvidos, e que, futuramente, será encaminhado ao Congresso Nacional, uma proposta sobre o tema – *sem antecipar o mérito desse texto* –, para análise e debate. Reforçou que o Ministério concorda com a importância do tema e que o debate precisa ser validado democraticamente.

Em seguida, respondeu ao questionamento sobre o **programa Escolas Conectadas**, confirmando que o estado de Pernambuco está sendo contemplado com ações de conectividade, comprometendo-se a encaminhar ao deputado Ossesio um relatório detalhado, com a distribuição por região e por município. **Afirmou que as operadoras, tanto as nacionais quanto**

**as regionais, já estão atuando para acelerar essas entregas e que a meta é concluir a conectividade de todas as escolas até o final do próximo ano.**

Destacou ainda que o foco da **Estratégia Nacional das Escolas Conectadas** vai além da simples conexão à internet, contemplando também infraestrutura de rede interna, disponibilidade de energia e Wi-Fi adequado para o uso pedagógico. Enfatizou que **a preocupação é garantir o acesso ao conteúdo e o letramento digital, com a atuação conjunta do MCOM, do MEC e da ANATEL.**

Em atenção ao deputado Juscelino Filho, reconheceu e agradeceu o trabalho realizado por seu antecessor na condução da pasta, afirmando que sua gestão atual tem como prioridade dar continuidade, ampliar e dar visibilidade às ações já iniciadas. Reforçou que **o setor de telecomunicações tem um papel central na economia brasileira**, sendo responsável por investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões em 2024, superando setores como portos, aeroportos e ferrovias. Ressaltou que **se trata de um setor que acredita no país e segue se modernizando constantemente, com o 5G em execução e o 6G já no horizonte das discussões técnicas e estratégicas.**

Por fim, dirigindo-se ao deputado Luciano Alves, relatou que o Ministério das Comunicações está em diálogo com o governo do Paraná com o objetivo de ampliar a atuação da pasta no estado. Reconheceu a existência de vazios tecnológicos no centro do Paraná, que exigem expansão da infraestrutura de fibra ótica e da cobertura 4G. Informou que a operadora Unifone também tem atuado na região, com foco na ampliação da conectividade rural, considerada prioridade pelo Ministério.

Destacou ainda a importância do **programa Computadores para Inclusão**, afirmando que ele tem sido muito bem aceito no estado e que há um projeto específico para a região de Londrina-PR em desenvolvimento. Explicou que **a ampliação da iniciativa depende da maior captação de equipamentos junto a órgãos governamentais e entidades públicas**, que devem encaminhar seus equipamentos obsoletos aos centros de condicionamento, em vez de descartá-los. Com isso, além da capacitação de jovens e idosos, os computadores são reaproveitados e retornam às comunidades, fortalecendo a inclusão digital no Paraná e em outros estados do país. Reforçou o compromisso com a continuidade e ampliação do programa, contando com a colaboração de entidades públicas e privadas para viabilizar as doações.

O deputado **Luiz Carlos Busato (UNIÃO/RS)** abordou **a conectividade no meio rural**, um tema central de seu mandato, especialmente no que diz respeito aos pequenos e médios agricultores, que muitas vezes não têm acesso às tecnologias disponíveis para grandes produtores.

Observou que, enquanto os **grandes agricultores têm condições financeiras para adquirir soluções como antenas de conectividade via satélite de baixa órbita**, a exemplo da Starlink ou de tecnologias semelhantes, os **pequenos produtores permanecem excluídos dessa possibilidade**. Mencionou que a Telebras dispõe de satélite próprio que poderia ser utilizado para ampliar o acesso em áreas remotas.

Nesse contexto, destacou que **sua maior preocupação é a permanência do jovem no campo**. Argumentou que, na atualidade, **os jovens estão profundamente conectados ao universo digital e, diante da ausência de acesso à internet no meio rural, acabam migrando para os centros urbanos em busca de conectividade e oportunidades**, o que contribui para o esvaziamento dessas regiões.

Sugeri, como alternativa viável e de baixo custo, **um modelo baseado em kits compostos por antenas satelitais compactas**, semelhantes às da Starlink, **acompanhadas de placas de energia solar** – a proposta, apelidada de *Conecta Agro*, será formalizada em um projeto de lei a ser apresentado e entregue ao Ministro nos próximos dias. Segundo ele, esse tipo de solução permitiria a instalação rápida e eficiente de pontos de conexão para uso doméstico e também para aplicações no campo, como controle patrimonial, rastreamento de rebanhos e monitoramento com chips em animais, prevenindo, por exemplo, crimes como o abigeato.

O deputado **Albuquerque** (REP/RR) argumentou que a **realidade da conectividade em Roraima é extremamente precária**, e que apesar da expansão da conectividade para a região Norte citada pelo ministro, **a população do estado esperava ouvir com mais clareza e objetividade quais são as ações concretas previstas especificamente para o estado**.

Afirmou que **a chegada da internet é fundamental para o desenvolvimento econômico da região**, pois ela é a base para avanços nas áreas de educação, saúde, agricultura, agronegócio e em todos os serviços essenciais. Reforçou que essa realidade é ainda mais desafiadora no contexto amazônico.

Reforçou que o **programa Norte Conectado é, de fato, a principal iniciativa que poderá levar internet de qualidade à região**, reconhecendo que é uma política do governo federal, ao tempo em **que insistiu por um detalhamento quais são as ações específicas previstas para Roraima, os prazos e o escopo dos investimentos**.

O deputado **Lucas Ramos** (PSB/PE), **sugeriu que o governo federal avance na criação de uma política de estímulo à instalação de data centers em Pernambuco**, destacando a importância estratégica dessa infraestrutura para a geração de empregos, renda e serviços tecnológicos. Ressaltou, contudo, que **o avanço dessa agenda depende diretamente da ampliação da conectividade, especialmente da expansão da rede de fibra óptica**.

Resgatou, então, uma iniciativa do governo federal de anos anteriores, ainda durante o governo Temer, que previa a instalação de um cabo submarino para conectar Pernambuco, e o arquipélago de Fernando de Noronha, que ainda sofre com sérias limitações de comunicação. Apontou que hoje a ilha depende majoritariamente de conexão via satélite, o que prejudica a qualidade dos serviços e o cotidiano da população local.

O deputado também mencionou os avanços na área espacial e de inovação, **ressaltando que o Brasil já desenvolve equipamentos com tecnologia própria, incluindo satélites que deverão ser lançados em parceria com a Coreia do Sul a partir da base de Alcântara**. Defendeu que, com o apoio da ciência, da tecnologia e da inovação, o país será capaz de oferecer uma comunicação mais estável, com menor latência e maior alcance, especialmente para as regiões mais remotas, como Roraima, Maranhão e Pará.

**Frederico Siqueira** respondendo ao deputado Luiz Carlos Busato (UNIÃO/RS) agradeceu pela sugestão apresentada e informou que o Ministério está, sim, recebendo propostas como a do projeto Conecta Agro. Explicou que, para avançar com soluções nessa área, é fundamental compreender melhor a realidade das regiões, o tamanho da população, a geografia e as necessidades específicas para, a partir disso, propor alternativas tecnológicas viáveis, seja por meio de fibra óptica ou de soluções satelitais, com o objetivo de mitigar os vazios tecnológicos em áreas remotas do país.

Em seguida, dirigiu-se ao deputado Albuquerque (REP/RR), reconhecendo a relevância da demanda apresentada sobre a Vila Moderna, no município de São Luís do Anauá-RR, onde

mais de 2.500 pessoas ainda não têm acesso à internet ou telefonia. Informou que, segundo as obrigações previstas, a operadora **Vivo deverá implementar o serviço 4G na localidade até 2028**. No entanto, afirmou que **o Ministério das Comunicações está disposto a intermediar tratativas com a operadora para buscar a antecipação desse cronograma**. Comprometeu-se a abrir diálogo com o setor privado para avaliar possibilidades e encontrar alternativas que permitam antecipar a chegada da conectividade à comunidade.

O ministro prosseguiu explicando que **a Infovia 04, que integra o programa Norte Conectado, já está em fase avançada de execução**. São 490 quilômetros de fibra óptica que estão sendo lançados por meio de balsa, cobrindo o trecho de Barcelos (AM) até Boa Vista (RR), passando por municípios ribeirinhos. Ao chegar à capital roraimense, será construída uma rede metropolitana com o objetivo de conectar órgãos públicos e, por meio de provedores regionais, oferecer serviços de internet à população a preços justos. Informou que já existe um operador neutro responsável pela operação e manutenção dessa estrutura. **A expectativa é que a Infovia esteja em funcionamento até o final do ano ou, no mais tardar, no início do próximo**.

O **deputado Albuquerque** complementou com informações sobre a geografia e os desafios logísticos da região, citando a Cachoeira do Bem-Querer, que impede a navegação de barcos após determinado período do ano em razão do regime de cheias. O ministro concordou com a relevância da observação e informou que, devido a essas limitações, o trecho entre Caracará e Boa Vista será feito por via terrestre, com a instalação subterrânea da fibra óptica ao longo da BR-174. Reforçou que as equipes já estão em campo, trabalhando para garantir a viabilidade técnica e o cumprimento dos prazos.

O ministro também anunciou que, além do projeto Escolas Conectadas, o estado de Roraima será contemplado com a instalação de sinal 4G em aproximadamente 130 distritos ainda neste ano. Ressaltou que o compromisso do Ministério é ampliar a conectividade como infraestrutura essencial para a inclusão digital e social.

Na sequência, respondeu ao deputado Lucas Ramos (PSB/PE), **informou que o Ministério lançará, em breve, a “Política Nacional de Data Centers” – novamente, sem detalhar o mérito do texto –, iniciativa que buscará ouvir o mercado e entender as principais demandas do setor**. Argumentou que **grandes empresas de plataformas digitais e de comércio eletrônico têm demonstrado preocupação com o tema e interesse em ampliar sua atuação no Brasil**. Destacou que **o país possui vantagens competitivas para se tornar um hub regional de data centers**, em razão da qualidade da energia, disponibilidade de água e do território amplo.

Mencionou que já foi aberta uma tomada de subsídios para discutir a infraestrutura de cabos submarinos, e que grandes empresas internacionais já se manifestaram formalmente, propondo parcerias e investimentos.

Por fim, reforçou que a **instalação de cabos submarinos e de data centers deve ser tratada como um projeto de Estado**. Informou que **o Ministério está dialogando com o vice-presidente Geraldo Alckmin, no âmbito da Nova Indústria Brasil, justamente para garantir que esse tema estratégico seja considerado prioritário na política industrial**. Reiterou que o estado de Pernambuco está incluído nas prioridades e que há diálogo aberto com empresas do setor para atrair investimentos que promovam o desenvolvimento tecnológico regional.

O deputado **Lucas Ramos** (PSB/PE) elogiou a **transformação do FUST**, que segundo ele era um símbolo de frustração, em um dos principais mecanismos de apoio à ampliação da conectividade no país. Parabenizou a iniciativa da pasta em utilizar o fundo para promover a

expansão da chamada “*última milha*” de acesso à internet, especialmente por meio do fortalecimento de pequenos e médios provedores regionais.

Ressaltou que essa medida tem sido reconhecida pelos próprios empresários do setor, em especial no Nordeste, onde se concentra uma grande quantidade de empresas que atuam em áreas remotas. Citou como exemplo a Brisanet, que rotulou de principal empresa do setor na região, e destacou que a descentralização dos recursos e o apoio financeiro possibilitaram a essas empresas a ampliação de sua capacidade de atendimento, levando conectividade a comunidades antes desassistidas.

Na sequência, o ministro **Frederico Siqueira**, complementou a fala do deputado destacando um exemplo concreto da efetividade do FUST. Citou a situação do Rio Grande do Sul, atingido por fortes enchentes, e informou que, de forma rápida e eficiente, o Ministério das Comunicações, em parceria com o BNDES, viabilizou a liberação de recursos do fundo para que provedores locais, que tiveram suas redes destruídas, pudessem captar recursos e iniciar a reconstrução de suas infraestruturas.

Classificou essa ação como um exemplo claro da aplicação prática e socialmente relevante do FUST, que tem beneficiado tanto a população quanto os investidores do setor. Em seguida, reforçou a importância de eventos como esse para dar visibilidade às ações do Ministério, considerando que muitos ainda desconhecem os programas e projetos em andamento.

Afirmou que a **prioridade da pasta é fortalecer sua atuação institucional, dado o papel estratégico que o setor de comunicações representa para o desenvolvimento do país**. Reiterou o apoio e o compromisso do governo do presidente Lula com a inclusão digital e com a ampliação do acesso à informação em todas as regiões do Brasil.